



DIÁRIO OFICIAL DE SANTA CATARINA

EXTRATO DIGITAL DE PUBLICAÇÃO

Extrato de Publicação, referente a matéria
matéria nº: 93317 de 06/03/2013
Edição Eletrônica nº 19528



Código de Verificação



Assinado de forma digital por FUNDO DE
MATERIAIS, PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS
OFICIAIS - 14284443000197

Relatório da Administração

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Autopista Litoral Sul S.A. ("Companhia" ou "Litoral Sul") submete à apreciação de seus investidores e do mercado em geral o Relatório da Administração relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012.

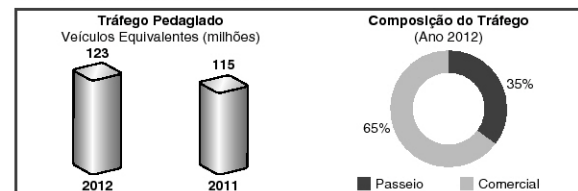
Contexto do Negócio e Atividade – A Autopista Litoral Sul, uma das nove concessionárias do grupo Arteris S.A., é a responsável, pela administração de 335 quilômetros, que está duplicado desde o início da década de 1990 e compreende o Contorno Leste de Curitiba (BR-116, km 71,1 ao 115,2) a (BR-376, km 616,6 ao 685,5) e a BR-101 (km 0 ao 222), conectando a capital paranaense ao município de Palhoça, no Estado de Santa Catarina. A concessão para administrar e conservar o trecho foi outorgada à Companhia em fevereiro de 2008, com o objetivo de explorar o Lote 7 do Programa de Concessões Rodoviárias Federais. O trecho administrado pela Companhia corta os municípios de Curitiba, Quatro Barras, Piraquara, São José dos Pinhais, Tijucas do Sul e Guaratuba, no Estado do Paraná e os municípios de Garuva, Joinville, Araquari, Barra Velha, Piçarras, Penha, Navegantes, Itajaí, Camboriú, Balneário Camboriú, Itapema, Porto Belo, Tijucas, Governador Celso Ramos, Biguaçu, São José e Palhoça, no Estado de Santa Catarina. Por ser a principal ligação entre São Paulo, Curitiba e todo o litoral de Santa Catarina, o trecho acabou sendo um importante instrumento para o desenvolvimento industrial e turístico da região, passando a ser conhecido como Corredor do Mercosul. O prazo da concessão da rodovia é de 25 anos, contados da data do recebimento do controle do sistema rodoviário existente, expirando em fevereiro de 2033. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferidos à concessionária, ou por ela implantados no âmbito da concessão. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão. Atualmente, a Companhia opera cinco praças de pedágio localizadas ao longo da malha viária sob sua concessão com as seguintes características:

Nome da Praça	Localização	Tarifa (R\$)
Praça de pedágio de São José dos Pinhais – P1	Km 637+600 BR 376	1,50
Praça de pedágio de Garuva – P2	Km 001+350 BR 101	1,50
Praça de pedágio de Araquari – P3	Km 079+400 BR 101	1,50
Praça de pedágio de Porto Belo – P4	Km 159+000 BR 101	1,50
Praça de pedágio de Palhoça – P5	Km 220+950 BR 101	1,50

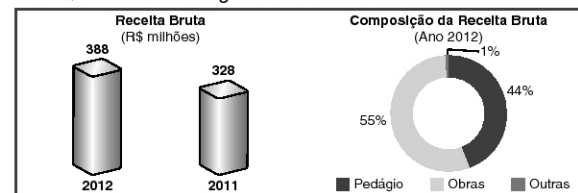
Eventos Relevantes – Transferência do Controle Acionário: Em 03 de dezembro de 2012, após a verificação das condições previstas contratualmente e obtenção das aprovações governamentais necessárias, foi concluída a operação pela qual a Partícipes em Brasil S.L., controladora direta da OHL Brasil e que por sua vez controla a Autopista Litoral Sul, foi adquirida pela Abertis Infraestructuras S.A., sociedade espanhola, e pela Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, uma sociedade organizada e existente de acordo com a leis de Barbados. Como resultado dessa operação, Abertis e Brookfield passam a ser titulares de 51% e 49% do capital da Partícipes em Brasil respectivamente. A Arteris S.A. ("arteris" ou "Companhia"), nova denominação social da Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (OHL Brasil), comunicou em 20 de dezembro de 2012 aos seus

acionistas e ao mercado em geral a aprovação da nova denominação na Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data, considerando a conclusão do processo de transferência do controle acionário da Companhia para a Abertis e Brookfield.

Desempenho Econômico-Financeiro – Tráfego: O tráfego pedagiado totalizou R\$123 milhões de veículos equivalentes em 2012, 6,7% superior quando comparado ao exercício anterior. Historicamente, os fatores que exercem influência no desempenho do tráfego nas estradas concessionadas estão relacionados principalmente à evolução da atividade econômica brasileira, o que inclui os níveis de produção industrial, aumento ou redução da renda per capita, além de fatores regionais nas localidades onde estão situadas as rodovias.



Receita: A receita bruta da Companhia, composta por receita de pedágio, receita de obras e outras receitas acessórias, totalizou R\$388 milhões em 2012, com crescimento de 18,3% em relação aos R\$328 milhões registrados em 2011.



A receita de pedágio cresceu 11,1%, passando de R\$156,7 milhões em 2011 para R\$174,1 milhões em 2012. As principais razões que levaram ao aumento foram: (i) crescimento do tráfego pedagiado e (ii) reajuste de 15,3% da tarifa básica praticada, com base no IPCA acumulado entre os meses de março de 2011 e fevereiro de 2012 e reequilíbrio econômico-financeiro do contrato devido ao crescimento de custos e investimento, conforme previsto no Contrato de Concessão. Já a receita de obras registrou acréscimo de R\$44,1 milhões (+26,2%), passando de R\$168,7 milhões em 2011 para R\$212,9 milhões em 2012. Esse aumento foi ocasionado pelo maior volume de obras executadas em atendimento ao cronograma previsto em contrato. As receitas acessórias, oriundas da exploração da faixa de domínio, totalizaram R\$0,2 milhão (-92,7%) em 2012. No ano de 2012, a Companhia obteve receita líquida de R\$370,9 milhões, R\$57,9 milhões superior ao ano de 2011.

Custos e Despesas (excl. depreciação e amortização)

R\$ milhões	2012	2011	Var.
Custo dos serviços de construção	(212,9)	(168,7)	26,2%
Serviços de terceiros	(29,6)	(31,6)	-6,5%
Pessoal	(21,2)	(13,1)	61,9%
Provisão p/ manutenção em rodovias	(11,0)	(6,3)	75,0%
Conservação	(10,2)	(9,0)	13,4%
Verba de fiscalização	(8,2)	(7,7)	6,6%
Seguros e garantias	(3,2)	(2,5)	29,7%
Remuneração da Administração	(0,8)	(0,6)	23,5%
Consumo	(6,4)	(5,9)	7,9%
Outros	(7,7)	(7,6)	0,7%
Custos e despesas	(311,1)	(253,0)	22,9%

Os custos e despesas (excluindo depreciações e amortizações) tiveram aumento de 22,9% em 2012 em comparação ao exercício de 2011. A variação é justificada pelos custos e despesas abaixo relacionados: • Aumento de R\$4,7 milhões em "Provisão para Manutenção em Rodovias" em razão da

expectativa de manutenção, segundo o contrato de concessão. Os desembolsos de caixa destes custos ocorrerão em exercícios posteriores. • Custos e despesas com "Pessoal" sofreu impacto pelo reajuste salarial anual de 5,5% e: (i) compra de uniformes, (ii) aumento na contratação de mão-de-obra temporária para o período sazonal de verão. • Aumento de R\$700 mil na rubrica "Seguros e Garantias" em função da renovação de seguros de riscos nomeados e operacionais com vigência superior a 12 meses. • Redução de R\$2,1 milhões nos custos com "Serviços de Terceiros" em função da internalização dos serviços de arrecadação que passaram a partir de fevereiro/2012 por funcionários próprios.

EBITDA e EBITDA Ajustado

R\$ milhões	2012	2011	Var.
Receita líquida	372,0	313,0	18,8%
(-) Custos e despesas (excl. deprec. e amortização)	(311,1)	(253,0)	22,9%
EBITDA	60,9	60,0	1,6%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	10,6	6,3	68,3%
EBITDA Ajustado	71,5	66,3	7,9%

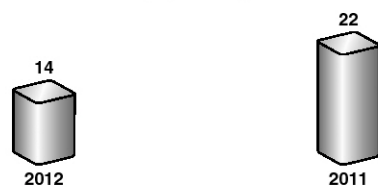
¹ **EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization):** medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

A Companhia entende que a melhor demonstração da geração de caixa das atividades operacionais, compreendidas pela cobrança de pedágio e operação dos principais serviços nas rodovias, é medida pelo EBITDA Ajustado, que corresponde ao EBITDA mais a reversão da provisão para manutenção de rodovias, cujo efeito caixa ocorrerá somente em exercício fiscal futuro. O EBITDA Ajustado, excluindo os efeitos das provisões de manutenção em rodovias advindas da adoção do ICPC-01, encerrou o ano de 2012 em R\$71,5 milhões, com um aumento de 7,9% em relação ao ano anterior. Esse aumento foi gerado, principalmente, pelo crescimento do tráfego pedagiado e pelo reajuste tarifário com reflexo direto na receita da Companhia.

Resultado Financeiro

R\$ milhões	2012	2011	Var.
Receitas Financeiras	10,4	2,5	316,0%
Despesas Financeiras	(28,6)	(20,2)	41,6%
Resultado Financeiro Líquido	(18,2)	(17,7)	2,8%

O resultado financeiro líquido de 2012 foi negativo em R\$18,2 milhões, 2,8% maior em relação ao ano de 2011. Em 2012 as receitas financeiras apresentaram um aumento de R\$7,9 milhões em relação ao ano anterior, que correspondeu a R\$10,4 milhões, esse aumento nas receitas financeiras é provenientes ao aumento das aplicações financeiras e referente a ajustes na provisão de obras futuras provenientes da revisão do cronograma de obras. As despesas financeiras sofreram um aumento de R\$8,4 milhões (41,6%) em consequência de novas captações do contrato de financiamento junto ao BNDES. **Lucro Líquido:** Apesar do aumento da receita em função do reajuste da tarifa e do aumento do tráfego a companhia encerrou o exercício de 2012 com lucro líquido de R\$14 milhões, com decréscimo de 57,1% em comparação ao exercício de 2011. Os principais fatores que contribuíram para essa queda foram: aumento no valor depreciado, devido ao aumento das obras que entraram em operação no exercício de 2012 e as demais variações já comentadas anteriormente.

Lucro Líquido
(R\$ milhões)

Endividamento	2012	2011	Var.
R\$ milhões	2012	2011	Var.
Dívida Bruta	334,2	232,4	43,8%
Curto Prazo	16,4	4,7	248,9%
Longo Prazo	317,8	227,7	39,6%
Disponibilidades e aplicações financeiras ¹	75,9	36,3	109,1%
Dívida Líquida	258,3	196,1	31,7%

¹ Curto e longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2012, o endividamento bruto totalizava R\$ 334,2 milhões, apresentando aumento de R\$ 101,8 milhões (+43,8%) em relação ao ano anterior. O aumento da dívida bruta resulta da liberação de recursos oriundos do empréstimo de longo prazo contratado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O endividamento líquido (composto pela dívida bruta menos caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas) encerrou o ano de 2012 em R\$258,3 milhões, apresentando aumento de R\$62,2 milhões em relação ao montante de R\$196,1 milhões registrado no encerramento do exercício de 2011. O grau de alavancagem, medido pela relação dívida líquida/EBITDA ajustado, ficou em 4,06 vezes. **Investimentos:** Foram desembolsados R\$240,1 milhões em cumprimento ao cronograma de investimentos e manutenções previsto no

contrato, dentre os quais vale destacar: (i) implantação da base operacional no km 192+400 pista Norte da BR 101; (ii) implantação da fibra ótica; e (iii) ruas laterais nos municípios de Tijucas, Camboriú e Itajaí. **Recursos Humanos:** A seguir evolução do quadro de pessoal e índice de rotatividade.

	2012	2011
Empregos Diretos	576	288
Rotatividade	22,74%	7,34%

No que concerne à diversidade, a Autopista Litoral Sul apresenta uma participação majoritária de **53,60%** de mulheres, **contra 46,40%** de homens. A média de idade está concentrada em **24 anos**. A base de formação educacional do efetivo de pessoal centra-se no Ensino Médio Completo, com **57,8%** dos profissionais. Vale mencionar que **12,5%** possuem superior completo. Ao longo de 2012, a Companhia buscou capacitar seus profissionais com a realização de treinamentos. No total, tais atividades envolveram **7.230** horas de treinamento, o que corresponde, em média, a **8,5** horas de treinamento por profissional. **Responsabilidade Social e Ambiental** – A Autopista Litoral Sul tem como compromisso manter um relacionamento com as comunidades inseridas em sua área de concessão, tendo como foco projetos relacionados à educação, saúde, cultura e meio-ambiente. **Educação:** O Projeto Viva Meio Ambiente, desenvolvido desde 2009, tem como proposta promover ações de conscientização ambiental junto a professores e alunos de escolas dos municípios localizados às margens do trecho administrado pela Concessionária, formado pelo Contorno Leste de Curitiba (BR-116) e pelas BRs 376 e 101, entre Curitiba (PR) e Palhoça (SC). Temas relacionados à preservação do meio ambiente são trabalhados em atividades como dinâmicas de grupo, exercícios, musicalização, oficinas. Os participantes recebem também material educativo para repassar a outros educadores e trabalhar com alunos em sala de aula. No ano de 2012, o projeto obteve o envolvimento direto

de 12 escolas participantes, 35 pessoas envolvidas, dentre Coordenadores, Professores e Secretaria de Educação, e mais de 7.000 alunos beneficiados com o programa. Também foram desenvolvidos outros programas em 2012: Viva Motorista (1093 atendimentos); Viva Ciclista (12 atendimentos) e Passarela Viva (307 atendimentos). **Ambiental:** Seja por meio de apoio a projetos desenvolvidos nas regiões onde está presente, a Concessionária Litoral Sul desenvolveu várias ações de caráter educativo e de conscientização, dos municípios inseridos na área de concessão. Cabe destacar o plantio de 212 mudas de árvores em escolas da região desde o início da concessão até dezembro de 2012. **Agradecimentos** – A Companhia gostaria de registrar seus agradecimentos aos usuários, investidores, órgãos governamentais, fornecedores, agentes financiadores e demais partes interessadas pelo apoio recebido, bem como à equipe de profissionais pelo empenho e dedicação dispensados.

Considerações Finais – Relacionamento com Auditores Independentes: Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº 381/03 informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses. **Declaração da Diretoria:** Na qualidade de Diretores da Autopista Litoral Sul S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da BDO RCS Auditores Independentes S.S. e (ii) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012.

Joinville, 05 de março de 2013

A Administração

Balancos Patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2012 e de 31 de dezembro de 2011 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Ativos	Nota explic.	2012	2011	Passivos e Patrimônio Líquido	Nota explic.	2012	2011
Circulantes				Circulantes			
Caixa e equivalentes de caixa	5	59.259	36.306	Empréstimos e financiamentos	12	16.376	4.655
Contas a receber	6	7.275	5.897	Empréstimos e financiamentos – partes relacionadas	13	26.227	19.275
Contas a receber – partes relacionadas	13	653	26	Fornecedores	13	15.445	20.818
Estoques		369	308	Fornecedores – partes relacionadas	13	7.340	5.548
Despesas antecipadas		746	708	Obrigações sociais		4.157	2.233
Impostos a recuperar		838	371	Obrigações fiscais		3.250	3.017
Outros créditos		24	39	Contas a pagar – partes relacionadas	15	261	363
Total dos ativos circulantes		69.164	43.655	Cauções contratuais	14	8.153	5.429
Não Circulantes				Taxa de fiscalização		686	646
Aplicações financeiras vinculadas	8	16.674	–	Dividendos propostos	18.a	3.392	5.121
Depósitos judiciais		41	45	Provisão para manutenção	16.2	3.796	789
Outras contas a receber		88	88	Provisão para investimentos	16.2	15.031	23.932
Imobilizado	9	2.101	1.940	Sinistros recebidos		35.324	44.942
Intangível	10	714.088	497.382	Outras contas a pagar		261	200
Diferido	11	17.221	19.970	Total dos passivos circulantes		139.699	136.968
Total dos ativos não circulantes		750.213	519.425	Não Circulantes			
				Empréstimos e financiamentos	12	317.811	227.712
				Empréstimos e financiamentos – partes relacionadas	13	67.000	67.000
				Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	16.1	245	48
				Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	6.683	2.986
				Provisão para manutenção	16.2	22.056	12.285
				Provisão para investimentos	16.2	18.848	52
				Total dos passivos não circulantes		432.643	310.083
				Patrimônio Líquido			
				Capital social		217.862	97.741
				Reservas de lucros	18.a	29.173	18.288
				Total do patrimônio líquido		247.035	116.029
Total dos Ativos		819.377	563.080	Total dos passivos e do patrimônio líquido		819.377	563.080

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011**

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. Contexto Operacional – A Autopista Litoral Sul é uma sociedade por ações, domiciliada no Município de Joinville, Estado de Santa Catarina, Brasil, situada na Av. Santos Dumont, nº 935. Foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único e exclusivo a exploração da concessão de serviço público do lote rodoviário BR-116/BR-376/PR e BR-101/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e Florianópolis, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 07, de conformidade com o Edital de Licitação nº 003/2007, publicado pela ANTT, pelo prazo de 25 anos, precedida da execução de obras públicas de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias. **Transferência do Controle Acionário:** Em 03 de dezembro de 2012, após a verificação das condições previstas contratualmente e obtenção das aprovações governamentais necessárias, foi concluída a operação pela qual a Partícipes em Brasil S.L., controladora direta da OHL Brasil e titular de 60% do seu capital social, foi adquirida pela Abertis Infraestructuras S.A., sociedade espanhola, e pela Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, uma sociedade organizada e existente de acordo com a leis de Barbados. Como resultado dessa operação, Abertis e Brookfield passam a ser titulares de 51% e 49% do capital da Partícipes em Brasil, respectivamente. A Arteris S.A. ("arteris" ou "Companhia"), nova denominação social da Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (OHL Brasil), comunicou em 20 de dezembro de 2012 aos seus acionistas e ao mercado em geral a aprovação da nova denominação na Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data, considerando a conclusão do processo de transferência do controle acionário da Companhia para a Abertis e Brookfield. As emissões das demonstrações financeiras da sociedade foram aprovada pela Diretoria em 05 de março de 2013.

2. Concessão – A Sociedade possui o Contrato de Concessão e exploração do lote rodoviário BR-116/BR-376/PR e BR-101/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e Florianópolis, objeto do processo de licitação correspondente ao lote 07, em conformidade com o Edital de Licitação nº 003/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. Os principais compromissos firmados pela Sociedade decorrentes da concessão da rodovia, conforme Contrato de Concessão são: **a)** Efetuar o recolhimento à ANTT, ao longo de todo o prazo da concessão, da verba de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão. O valor anual a título de verba de fiscalização é de R\$ 6.424 na data base de concessão. A partir de 31 de dezembro de 2012 até o final do exercício de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$ 129.551, corrigido pelo IPCA conforme determinado no contrato de concessão. A verba de fiscalização é corrigida com o mesmo índice e na mesma data da tarifa básica de pedágio. **b)** A Sociedade deve assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia – PER. **c)** Não cabe, durante o prazo da concessão, nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade ou desconhecimento das características da rodovia pela Sociedade, sendo de sua responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no Leilão. **d)** A Sociedade assume integralmente o risco decorrente de danos na rodovia que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme Capítulo III, do Título V, do Edital do Leilão. **e)** A Sociedade assume integralmente o risco pela variação nos custos dos seus insumos, mão de obra e financiamentos. **f)** A Sociedade assume integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio da rodovia, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do Contrato de Concessão. **g)** O Estatuto Social da Sociedade previa a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do Contrato de Concessão, fato que ocorreu em 29 de março de 2010 com a concessão de Registro de Sociedade de Capital Aberto categoria "B" pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. **h)** A Sociedade deve apresentar anualmente as demonstrações financeiras à ANTT e publicá-las. A Sociedade assumiu os seguintes principais compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão: • 30 km de terceiras faixa. • 79,7 km de vias laterais. • 94,7 km de variantes e contornos. • Construção de 39 passarelas. • Construção de 5 praças de pedágio. • Construção de 9 serviços de atendimento ao usuário. • Implantação e/ou reforma de postos de pesagem. • Recuperação de toda a extensão da rodovia. Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas no mês de fevereiro de cada ano com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário transferidos à concessionária, ou por ela implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão. A Sociedade estima, na data de 31 de dezembro de 2012, os montantes de R\$ 786.857 referentes a investimentos para melhorias na infraestrutura e de R\$ 573.057 referentes a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

**Demonstrações dos Valores Adicionados
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011**

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	2012	2011
Receitas		
Prestação de serviços	174.233	159.133
Receita dos serviços de construção	<u>212.857</u>	<u>168.725</u>
	387.090	327.858
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo dos serviços prestados	(38.609)	(40.560)
Custo dos serviços de construção	(212.857)	(168.725)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(12.029)	(10.675)
Custo da concessão	(13.124)	(12.115)
Custos de provisão de manutenção em rodovias	(10.642)	(6.285)
Outros	<u>(1.096)</u>	<u>(1.005)</u>
	<u>(288.357)</u>	<u>(239.365)</u>
Valor adicionado bruto	98.733	88.493
Depreciações e amortizações	<u>(20.709)</u>	<u>(12.459)</u>
Valor adicionado líquido produzido	78.024	76.034
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	10.407	2.493
Juros capitalizados	<u>5.560</u>	<u>9.398</u>
Outros		
	<u>15.967</u>	<u>11.891</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>93.991</u>	<u>87.925</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos:		
Remuneração direta	13.430	8.628
Benefícios	4.104	2.133
FGTS	956	708
Impostos, taxas e contribuições:		
Federais (incluindo IOF)	17.859	17.003
Estaduais	–	–
Municipais	8.675	7.832
Outros		
Remuneração de capitais de terceiros:		
Juros	15.949	11.295
Juros capitalizados	5.560	5.975
Aluguéis	592	556
Outras	4.407	1.068
Remuneração de capitais próprios:		
Juros	8.180	7.742
Juros capitalizados	–	3.423
Dividendos	3.392	5.121
Lucro do período	<u>10.887</u>	<u>16.441</u>
	<u>93.991</u>	<u>87.925</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

3. Base de Preparação – 3.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras estão de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Em 31 de dezembro de 2012 a Sociedade mantém registrado o montante de R\$ 19.970 relativos a gastos pré-operacionais incorridos até 31 de dezembro de 2008, conforme permitido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, enquanto as normas internacionais (IFRS) indicam o registro como resultado quando incorrido. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela CVM. **3.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se mencionado de outra forma. **3.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. **3.4. Uso de estimativa e julgamento:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As informações sobre incertezas de premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro dos próximos períodos estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazo, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas através de estudos econômicos de projeção de tráfego,

continua ...

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade, relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos e estimativas críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão descritas abaixo: **Contabilização de contratos de concessão:** Na contabilização dos contratos de concessão conforme determinado pelo ICPC-01 a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível, avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão. **Momento de reconhecimento do ativo intangível:** A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão, segregando principalmente os investimentos, em dois grupos: Investimentos que geram potencial de receita adicional, daqueles que não geram. (a) Investimentos que geram potencial de receita adicional – são reconhecidos somente quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação/melhoria da infra-estrutura. (b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional – foram estimados considerando a totalidade do contrato de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 15.2. **Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão:** A Sociedade reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão limitado ao prazo da respectiva concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá em função da curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão. **Determinação das receitas de construção:** Quando a concessionária contrata serviços de construção, ela deve reconhecer a receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Sociedade avalia questões relacionadas: a responsabilidade primária pela contratação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, empresas do grupo que efetuam os serviços de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção. **Provisão para manutenção referente a contratos de concessão:** A contabilização da provisão para manutenção, reparos e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gastos para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida a custo dos serviços do período para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade. O passivo, a valor presente, deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

4. Principais Práticas Contábeis – As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das demonstrações financeiras são: **4.1. Instrumentos financeiros ativos:** **Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez imediata em montante conhecido de caixa sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. **Contas a receber:** Apresentadas pelo valor de realização nas datas dos balanços, registradas com base nos valores nominais e não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações financeiras. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessária, com base em estimativas de perda. **4.2. Imobilizado:** Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos qualificáveis. As depreciações são calculadas pelo método linear de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa nº 9, limitada, quando aplicável, ao prazo da concessão. **4.3. Intangível:** A Sociedade reconheceu um ativo intangível resultante do contrato de concessão pelo direito de cobrar pelo uso da infra-estrutura da concessão, registrado como mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável. A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através de projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. **4.4. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis:** No fim de cada período,

a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Por tratar-se de uma única concessão, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, e sim calcula o montante recuperável dos ativos da concessão como um todo com base em seu valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, para que reflita a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. **4.5. Custos de empréstimos:** Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, estão incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido. Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos. **4.6. Instrumentos financeiros passivos:** **Classificação como dívida ou patrimônio:** Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de uma forma ou outra de acordo com a substância dos termos contratuais. **Empréstimos e financiamentos, fornecedores e partes relacionadas:** Demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária. Quando aplicável, estes são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva. **4.7. Imposto de Renda e Contribuição Social – correntes e diferidos:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social correntes são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. **Impostos correntes:** A provisão para Imposto sobre a Renda e para a Contribuição Social está baseada no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. **Impostos diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldo de prejuízo fiscal, base de cálculo negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicáveis, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. **4.8. Provisões:** As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Sociedade. O fundamento e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 15.1. **4.9. Reconhecimento de receita:** **Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção:** A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o Contrato de Concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou serviços são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados. Quando a Sociedade presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues. **Receita oriunda da cobrança de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão:** A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização dos bens públicos objetos das concessões pelos usuários. **4.10. Ativos e passivos objetos de Ajuste a Valor Presente:** Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Sociedade, a Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, os itens sujeitos ao Ajuste a Valor Presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue: a) Provisão para investimentos: decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Sociedade e portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foram calculados através do método de projeção do fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão) e descontadas através da aplicação da taxa de desconto de 6,35% ao ano. A

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
 (Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações utilizadas pela Sociedade são por seus valores reais e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa. b) Provisão para manutenção: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis pré-estabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foram calculados através do método de projeção do fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações e descontada através da aplicação da taxa de desconto de 6,35% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações utilizadas pela Sociedade são por seus valores nominais e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa. Os saldos reais e os respectivos saldos a valor presente nas datas dos balanços estão demonstrados a seguir:

	2012	2011
Circulantes		
Provisão para manutenção em rodovias – real	3.923	815
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	3.796	789
Efeito do ajuste a valor presente	127	26
Provisão para investimentos em rodovias – real	15.673	24.809
Provisão para investimentos em rodovias a valor presente	15.031	23.932
Efeito do ajuste a valor presente	642	877
Não circulantes	2012	2011
Provisão para manutenção em rodovias – real	29.617	18.086
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	22.056	12.285
Efeito do ajuste a valor presente	7.561	5.801
Provisão para investimentos em rodovias – real	26.457	52
Provisão para investimentos em rodovias a valor presente	18.848	50
Efeito do ajuste a valor presente	7.609	2

A recomposição dos saldos aos seus valores reais nas datas dos balanços pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira na demonstração do resultado do exercício.

4.11. Receitas e despesas financeiras: Substancialmente representados por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos e efeitos dos ajustes a valor presente. **4.12. Dividendos propostos:** A proposta de distribuição de dividendos, cujo somatório estiver incluído na parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, é registrada como um passivo na rubrica “Dividendos propostos a pagar”, por ser uma obrigação contratual prevista no estatuto da sociedade, conforme divulgado na Nota Explicativa nº17.b. **4.13. Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não adotadas:** Os pronunciamentos contábeis do IASB, a seguir, foram publicados ou revisados, mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de normatização pelo CPC e, dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia em suas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012. A Companhia implementará tais pronunciamentos à medida que sua aplicação se tornar obrigatória, não sendo esperados efeitos relevantes nas demonstrações financeiras.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 7 – Modificações na IFRS 7	Aborda as divulgações de transferências de ativos financeiros	Períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 9 – Instrumentos Financeiros	Refere-se à primeira fase do projeto de substituição do “IAS 39: Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração”	Períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2015.
IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas	Substitui as partes do IAS 27 que tratam de demonstrações financeiras consolidadas e substitui o SIC -12	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 11 – Acordos de Participações	Requer o uso do método de equivalência patrimonial para participações em “Joint Ventures”, eliminando o método de consolidação proporcional	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 12 – Divulgações de Participações em Outras Entidades	Estabelece o objetivo das divulgações e as divulgações mínimas para entidades que tenham investimentos em subsidiárias, controladas em conjunto, associadas ou outras entidades não consolidadas	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 13 – Medições de Valor Justo	Estabelece um único modelo de medição do valor justo quando o mesmo é exigido por outros pronunciamentos	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 27 (R) – Modificações na IAS 27	Demonstrações Separadas	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 28 (R) – Modificações na IAS 28	Investimento em Coligada e em Controlada e Joint Ventures	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IAS 1 – Modificações na IAS 1	Apresentação dos Itens de Outros Resultados Abrangente	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2012.
IAS 19 – Revisada em 2011	Benefícios a Empregados	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRIC 20 – Custos de produção sobre mineração	Esclarece como proceder quanto ao custo de produção associados remoção da superfície de uma mina, inclusive sobre reconhecimento inicial dos ativos, ativos não correntes, depreciação e amortização, entre outros.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 7 – Modificações a IFRS 7	Estabelece a divulgação – Compensação de ativos e passivos financeiros	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 7 e IFRS 9 – Modificações a IFRS 7 e IFRS 9	Determina a data de Aplicação Mandatória da IFRS 9 e Divulgações de Transição	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.
IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 – Modificações a IFRS 7, IFRS 11 e IFRS 12	Demonstrações Financeiras Consolidadas, Negócios em Conjunto e Divulgações de Participações em Outras Entidades: Guia de Transição	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 32 – Modificações a IAS 32	Compensação de Ativos e Passivos Financeiros	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.
Adicionalmente, os pronunciamentos e interpretações do “International Financial Reporting Interpretations Committee – IFRIC” listados a seguir entraram em vigor no presente exercício e, portanto, foram adotados pela Companhia em suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012. Os referidos pronunciamentos não causaram efeitos relevantes nas presentes demonstrações.		

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 1 – Modificações na IFRS 1 – Primeira Adoção de IFRS	Refere-se à isenção limitada a partir das divulgações comparativas do IFRS 7 para as Entidades que fazem a adoção pela primeira vez.	Períodos anuais iniciados após 1º de julho de 2010.
IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Classificação dos Direitos	Aborda a classificação de determinados direitos denominados em moeda estrangeira como instrumento patrimonial ou passivo financeiro.	Períodos anuais iniciados após 1º de fevereiro de 2010.
IFRIC 19 – Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital	Estabelece procedimentos para reconhecimento e divulgação de transações de emissão de instrumentos patrimoniais.	Períodos anuais iniciados após 1º de julho de 2010.
IFRIC 14 – Pagamentos Antecipados de Exigência Mínima de Financiamento	Retira as consequências não intencionais que surgem do pagamento antecipado, no qual há uma exigência mínima de provimento de recursos. Os resultados dos pagamentos antecipados em determinadas circunstâncias são reconhecidos como ativo em vez de despesa.	Períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2011.
IAS 1 – Modificações na IAS 1	Apresentação das Demonstrações Financeiras.	Períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2011.
IAS 24 – Modificações na IAS 24	Introduz a isenção parcial das exigências de divulgação para entidades governamentais e alterou a definição de parte relacionada.	Períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2011.

Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que estas alterações e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória. Até o momento, os seguintes pronunciamentos já foram editados pelo CPC e aprovados pela CVM: • CPC 19 (R2) – Negócios em Conjunto (equivalente à IFRS 11). • CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados (equivalente à IAS 19 revisada). • CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas (equivalente à IFRS 10). • CPC 45 – Divulgação de Participações em Outras Entidades (equivalente à IFRS 12). • CPC 46 – Mensuração do Valor Justo (equivalente ao IFRS 13). Os referidos pronunciamentos não causaram efeitos relevantes nas presentes demonstrações.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa – Estão representados por:	2012	2011
Caixa e contas bancárias	2.374	2.084
Aplicações financeiras (*)	56.885	34.222
Total	59.259	36.306

(*) Representadas por aplicações em fundos de investimentos com liquidez imediata, insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição, cuja

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

composição da carteira de fundos de investimentos nas respectivas datas é apresentada a seguir:

	2012	2011
Debêntures compromissadas	7.399	-
Fundos de investimentos	49.486	34.222
Total	56.885	36.306

As aplicações financeiras foram remuneradas na média a 80,0% e 100,7% da variação do CDI no período.

6. Contas a Receber – Estão representadas por:

	2012	2011
Pedágio eletrônico a receber (*)	6.335	4.965
Cupons de pedágio a receber	922	924
Receitas acessórias a receber	18	8
	<u>7.275</u>	<u>5.897</u>

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de dezembro de 2012. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

(*) Conforme nota explicativa nº 18b.

7. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos – Estão representados por:

	2012	2011
Bases do passivo diferido:		
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis:	(48.119)	(28.028)
Provisão para manutenção	23.662	13.017
Diferenças de intangível e imobilizado, líquidas.	3.671	1.715
Ajuste dos encargos financeiros	1.021	4.408
Estorno de capitalização de juros	108	108
Base de cálculo	<u>19.657</u>	<u>8.780</u>
Alíquota nominal	34%	34%
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	<u>(6.683)</u>	<u>(2.986)</u>

9. Imobilizado – A movimentação é como segue:

	Móveis Utensílios e Instalações	Equipamento Mobiliário	Prédios e Benfeitorias	Computadores e Periféricos	Veículos	Máquinas e Eqptos.	Imobilizado em Andamento	Total
Custo do imobilizado bruto								
Saldo em 01/01/2011	<u>151</u>	<u>348</u>	<u>289</u>	<u>251</u>	<u>70</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>1.110</u>
Adições	663	440	673	166	-	-	38	1.980
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienações/baixas	(12)	(53)	(289)	(8)	-	-	-	(362)
Saldo em 31/12/2011	<u>802</u>	<u>735</u>	<u>673</u>	<u>409</u>	<u>70</u>	<u>-</u>	<u>39</u>	<u>2.728</u>
Adições	35	80	4	195	-	120	168	602
Transferências	(142)	-	-	(26)	-	170	(39)	(37)
Alienações/baixas	(1)	(3)	-	(210)	-	-	-	(214)
Saldo em 31/12/2012	<u>694</u>	<u>812</u>	<u>677</u>	<u>368</u>	<u>70</u>	<u>290</u>	<u>168</u>	<u>3.079</u>
Depreciação acumulada								
Saldo em 01/01/2011	<u>(85)</u>	<u>(195)</u>	<u>(56)</u>	<u>(221)</u>	<u>(17)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(574)</u>
Adições	(77)	(80)	(31)	(101)	(14)	-	-	(303)
Alienações/baixas	3	11	70	5	-	-	-	89
Saldo em 31/12/2011	<u>(159)</u>	<u>(264)</u>	<u>(17)</u>	<u>(317)</u>	<u>(31)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(788)</u>
Adições	(79)	(62)	(22)	(168)	(15)	(7)	-	(353)
Alienações/baixas	1	1	-	161	-	-	-	163
Saldo em 31/12/2012	<u>(237)</u>	<u>(325)</u>	<u>(39)</u>	<u>(324)</u>	<u>(46)</u>	<u>(7)</u>	<u>-</u>	<u>(978)</u>
Imobilizado Líquido								
Saldo em 01/01/2011	<u>66</u>	<u>153</u>	<u>233</u>	<u>30</u>	<u>53</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>536</u>
Saldo em 31/12/2011	<u>643</u>	<u>471</u>	<u>656</u>	<u>92</u>	<u>39</u>	<u>-</u>	<u>39</u>	<u>1.940</u>
Saldo em 31/12/2012	<u>457</u>	<u>487</u>	<u>638</u>	<u>44</u>	<u>24</u>	<u>283</u>	<u>168</u>	<u>2.101</u>
Taxas de depreciação – %	<u>10</u>	<u>10</u>	<u>10</u>	<u>20</u>	<u>20</u>	<u>20</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

continua ...

Em atendimento ao CPC 32 foram demonstrados os efeitos da Contribuição Social e Imposto de Renda Diferidos pelo seu valor líquido. Para melhor comparabilidade os saldos de 31 de dezembro de 2011 também foram reclassificados. A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, são como segue:

Período a findar-se em	Passivo
2014	(224)
2015	(233)
2016	(242)
Após 2016	<u>(5.984)</u>
	<u>(6.683)</u>

8. Aplicações Financeiras Vinculadas – A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas, para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. Abaixo se encontra breve descrição dessas obrigações: A Sociedade deve depositar, em conta pagamento de instituição financeira, 53% da arrecadação das praças de pedágio. Estes recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre. A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento junto ao BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Este valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais. Em 31 de dezembro de 2012 o saldo é R\$ 16.674, e essas aplicações financeiras vinculadas foram remuneradas em média a 99,12% da variação do CDI.

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

10. Intangível

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Licenças de software (b)	Intangível em andamento	Adiantamentos a fornecedores	Total
Custo do intangível bruto					
Saldo em 01/01/2011	268.720	2.867	85.285	43	356.915
Adições	80.396	43	86.981	5	167.425
Transferências	23.914	–	(23.914)	–	–
Alienações/baixas	(147)	–	(5.990)	–	(6.137)
Saldo em 31/12/2011	372.883	2.910	142.362	48	518.203
Adições	125.993	98	107.691	846	234.628
Transferências	67.468	–	(67.431)	–	37
Alienações/baixas	(307)	–	(45)	–	(352)
Saldo em 31/12/2012	566.037	3.008	182.577	894	752.516
Amortização acumulada					
Saldo em 01/01/2011	(10.485)	(839)	–	–	(11.324)
Amortização	(9.039)	(458)	–	–	(9.497)
Saldo em 31/12/2011	(19.524)	(1.297)	–	–	(20.821)
Amortização	(17.016)	(591)	–	–	(17.607)
Saldo em 31/12/2012	(36.540)	(1.888)	–	–	(38.428)
Intangível líquido					
Saldo em 01/01/2011	258.235	2.028	85.285	43	345.591
Saldo em 31/12/2011	353.359	1.613	142.362	48	497.382
Saldo em 31/12/2012	529.497	1.120	182.577	894	714.088

(a) Refere-se a obras e serviços realizados na rodovia, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados com base na curva de tráfego projetado.

(b) Amortização em cinco anos.

11. Diferido – É representado por:

	2012	2011
Gastos pré-operacionais:		
Pessoal/administradores	4.343	4.343
Consumo	3.598	3.598
Custos contratuais da concessão	7.306	7.306
Depreciações e amortizações	16	16
Conservação da rodovia	10.169	10.169
Serviços de terceiros	1.182	1.182
Tributários	1.418	1.418
Resultados financeiros	(1.327)	(1.327)
Outros gastos	746	746
	27.451	27.451
Amortização acumulada	(10.230)	(7.481)
	17.221	19.970

Refere-se a gastos pré-operacionais representados por estudos de viabilidade, reformas e obras nas faixas de domínio necessárias para equalização de necessidade de reparos emergenciais nas rodovias e serviços prestados de acordo com o estabelecido nos contratos de concessão, incorridos até 31 de dezembro de 2008. Os gastos pré-operacionais são amortizados em dez anos, conforme a expectativa de retorno desses gastos pela Administração da Sociedade, de acordo com a Lei nº 11.941/09.

12. Empréstimos e Financiamentos – Estão representados por:

	Encargos anuais	2012	2011
Passivo circulante:			
Financiamento de equipamentos e outros (FINAME) Votorantin (a)	TJLP + 2,6% a.a.	147	201
Financiamento de equipamentos e outros (FINAME) Santander (a)	TJLP + 6% a.a.	–	888
Financiamento de investimentos (BNDES) (b)	TJLP + 2,32% a.a.	16.229	3.566
		16.376	4.655
Passivo não circulante:			
Financiamento de equipamentos e outros (FINAME) Votorantin (a)	TJLP + 2,6% a.a.	–	148
Financiamento de investimentos (BNDES) (b)	TJLP + 2,32% a.a.	317.811	227.564
		317.811	227.712

(a) Contrato de abertura de crédito firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES para financiamento das obras e dos serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, ampliação, operação e exploração de rodovias. (b) Financiamento de equipamentos, tendo como garantia o próprio bem, aval dos acionistas ou notas promissórias. Em 31 de dezembro de 2012, as parcelas relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento	R\$
2014	18.284
2015	19.746
2016	21.359
Após 2016	258.422
	317.811

Da Sociedade: No exercício de 2011, a Sociedade assinou contrato com o BNDES para o financiamento dos investimentos de longo prazo. Esse contrato possui cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. Dentre essas cláusulas, as principais são as seguintes: a) Manter em situação regular suas obrigações com os órgãos do meio ambiente, durante o período de vigência do Contrato de Financiamento. b) Não sofrer sanção de multa por inadimplemento do Contrato de Concessão, com decisão administrativa final, correspondente a infrações relacionadas a seguros ou prestação de garantias determinados pela ANTT. c) Apresentar semestralmente, ao BNDES, até a final liquidação do Contrato, balanços auditados por empresa de auditoria independente registrada na CVM. d) Exceto no caso de expressa anuência do BNDES, não realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório nem pagamento de juros sobre capital próprio que não seja imputado ao mínimo obrigatório de dividendos até a conclusão física dos projetos financiados; e) Manter em uma relação mínima de 20% (vinte por cento) entre o Patrimônio Líquido e o Passivo Total, durante a vigência do Contrato. f) Não conceder mútuos a qualquer acionista sem a prévia e expressa autorização do BNDES. g) Não apresentar, sem prévia e expressa autorização do BNDES, saldo devedor que represente mais de 15% (quinze por cento) da receita bruta, adotando-se as seguintes definições e condições exclusivamente para o fim de verificação de inadimplemento desta condição: 1) Receita bruta: receita bruta apurada conforme a legislação contábil vigente, auferida no exercício anual anterior, verificada pela documentação estipulada, valor este que servirá de parâmetro até a divulgação do balanço do próximo exercício. 2) Saldo devedor: saldo de dívidas contratadas e efetivamente tomadas com terceiros, incluindo principal, juros e todos os demais encargos. 3) Ficam excluídos do cômputo os valores referentes: 1. À contratação de financiamentos cuja finalidade seja exclusivamente a aquisição de equipamentos para a operação da Sociedade. 2. Aos mútuos concedidos à concessionária por qualquer acionista, desde que a taxa de juros não seja superior a 2% (dois por cento) acima do CDI ou 8% (oito por cento) acima do IPCA, conforme o indexador da taxa de juros dos contratos de mútuo. 3. Ao saldo devedor referente ao crédito decorrente do Contrato. h) Não realizar distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida – ICSD for inferior a 1,3, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$ICSD = \left(\frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}} \right)$$

Onde:

Geração de Caixa**da Atividade**

(+) EBITDA
(-) Imposto de Renda
(-) Contribuição Social

Serviço da Dívida

(+) Amortização de principal
(+) Pagamentos de juros

EBITDA

(+) Lucro líquido
(+) Despesa/receita financeira líquida
(+) Depreciações e amortizações
(+) Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social
(+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais

i) Não ceder, alienar, transferir, vender, caucionar, penhorar, gravar ou, por qualquer forma, negociar ou onerar os direitos cedidos ou sua respectiva aplicação financeira sem prévio e expresso consentimento do BNDES. j) Manter depositado na conta reserva, até a final liquidação de todas as obrigações assumidas pela Sociedade no contrato de financiamento, o valor mínimo do equivalente a 3 (três) vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. k) Além das hipóteses indicadas acima, o BNDES poderá decretar o vencimento antecipado do contrato e exigir imediatamente a dívida, nas seguintes hipóteses: (a) Inadimplemento de quaisquer obrigações assumidas perante o BNDES e suas subsidiárias, por parte de empresa ou entidade integrante do Grupo Econômico. (b) A redução do quadro de pessoal sem atendimento ao programa de treinamento aprovado pelo BNDES. (c) A existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, que importem em trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente. (d) A alteração, sem prévio conhecimento do BNDES, ou extinção do Contrato de Concessão. (e) O descumprimento da

continua ...

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

obrigação estabelecida no cálculo do índice ICSD mencionado anteriormente. **Do acionista:**
I – Submeter à aprovação do BNDES quaisquer propostas de matérias concernentes à oneração, a qualquer título, de ação de sua propriedade, de emissão da concessionária, à venda, aquisição, incorporação, fusão, cisão de ativos ou qualquer outro ato que importe ou possa vir a importar em modificações na atual configuração da concessionária ou em transferência do controle acionário da concessionária, ou em alteração da sua qualidade de acionista controlador da concessionária. II – Não promover a inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social da concessionária, de dispositivo que importe em restrições à capacidade de crescimento ou desenvolvimento tecnológico da concessionária ou que importem em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras das operações com o BNDES. III – Suprir, de forma solidária, mediante aumentos do capital social da concessionária, em dinheiro, as insuficiências de recursos necessários à execução do projeto. IV – Manter, durante a vigência do Contrato, suas atuais participações no capital social da concessionária, bem como não alienar, empenhar, gravar ou onerar suas ações representativas do capital social da concessionária, sem prévia e expressa anuência do BNDES. V – Manter empenhadas ao BNDES, durante a vigência do Contrato, a totalidade das ações emitidas pela concessionária. VI – Na hipótese de extinção do Contrato de Concessão por inadimplemento resultante de atos ou omissões da concessionária ou ainda por falência ou recuperação judicial da concessionária, pagar, de forma solidária, o equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do saldo devedor perante o BNDES, em até 90 (noventa) dias a contar do término do Contrato de Concessão, independentemente do recebimento de qualquer indenização por parte do Poder Concedente. Após o pagamento ao BNDES dessa indenização, a interveniente deverá pagar ao BNDES, de forma solidária, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a partir deste pagamento, qualquer diferença existente entre os saldos devedores remanescentes e o valor da indenização. Caso a indenização não ocorra no prazo de 12 (doze) meses a contar do término do Contrato de Concessão, as intervenientes deverão pagar o saldo devedor restante em até 60 (sessenta) dias depois de expirado prazo. A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas na data das demonstrações financeiras. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

13. Fornecedores – Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de R\$ 15.445 (R\$ 20.818 em 31 de dezembro de 2011) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços relacionados predominantemente à concessão e inclui gastos com aquisição de estoques e itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

14. Transações com Partes Relacionadas – As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro. Os saldos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e as transações realizadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Ativo circulante:		
Créditos a receber partes relacionadas		
Controlador:		
Arteris S.A. (b)	–	26
Partes Relacionadas:		
Paulista Infra-Estrutura Ltda. (c)	496	–
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (c)	157	–
	<u>653</u>	<u>26</u>
Passivo circulante:		
Fornecedores partes relacionadas		
Controlador:		
Arteris S.A. (b)	261	363
Partes Relacionadas:		
Paulista Infra-Estrutura Ltda. (a)	–	769
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (a)	6.515	4.371
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (a)	824	408
	<u>7.600</u>	<u>5.548</u>
Transações com partes relacionadas		
Controlador:		
Mútuos – Arteris S.A. (d)	26.227	19.275
Distribuição de Dividendos		
Controlador:		
Arteris S.A.	3.392	5.121
Passivo não circulante:		
Controlador:		
Mútuos – Arteris S.A. (d)	67.000	67.000

Contas de Resultado:	<u>2012</u>			<u>2011</u>		
	<u>Conservação da rodovia</u>	<u>Despesas financeiras</u>	<u>Despesas administrativas</u>	<u>Conservação da rodovia</u>	<u>Despesas financeiras</u>	<u>Despesas administrativas</u>
Arteris S.A.(a)	–	8.179	1.390	–	9.863	1.332
Paulista Infra-Estrutura Ltda.(b)	(408)	–	–	146	–	–
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.(b)	1.188	–	–	1.247	–	–
	<u>780</u>	<u>8.179</u>	<u>1.390</u>	<u>1.393</u>	<u>9.863</u>	<u>1.332</u>

(a) Referem-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação inicial da malha rodoviária concedida para a Sociedade. (b) Refere-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do grupo Arteris. (c) Referem-se a créditos de saldos de provisões trabalhistas de colaboradores transferidos destas empresas para a Sociedade a serem reembolsados. (d) Refere-se a mútuos obtidos para financiamento das operações da Sociedade. Os juros são calculados tendo como base 100% da variação do CDI mais 1,037% ao ano.

O saldo é composto como segue:

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	Valor do principal		
			2012	2011	
04/09/2008	Dezembro de 2013	CDI + 1,037% a.a.	4.000	5.566	5.151
17/09/2008	Dezembro de 2013	CDI + 1,037% a.a.	5.000	6.957	6.438
29/09/2008	Dezembro de 2013	CDI + 1,037% a.a.	2.000	2.783	2.576
06/10/2008	Dezembro de 2013	CDI + 1,037% a.a.	8.000	11.132	10.301
27/10/2008	Dezembro de 2013	CDI + 1,037% a.a.	6.000	8.349	7.726
05/11/2008	Dezembro de 2013	CDI + 1,037% a.a.	10.000	13.914	12.877
28/11/2008	Dezembro de 2013	CDI + 1,037% a.a.	10.000	13.914	12.877
05/12/2008	Dezembro de 2013	CDI + 1,037% a.a.	5.000	6.957	6.438
19/12/2008	Dezembro de 2013	CDI + 1,037% a.a.	17.000	23.655	21.891
			<u>67.000</u>	<u>93.227</u>	<u>86.275</u>

Os juros venceram anualmente a partir de dezembro de 2013. Para os contratos cujo vencimento do principal ocorrer em data diferente do mês de dezembro, após o vencimento dos juros a Administração analisará o vencimento do valor do principal. No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Sociedade reconheceu os montantes de R\$ 201 e R\$ 802, respectivamente, (R\$ 179 e R\$ 648, respectivamente em 30 de setembro de 2011) a título de remuneração de seus administradores. Esses valores correspondem basicamente à remuneração dos Administradores, os quais não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e/ou outras partes relacionadas e não possuem benefícios indiretos significativos. A Sociedade concede participação nos lucros e resultados a seus colaboradores. O pagamento dessas participações está vinculado ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. Os valores apurados no final do exercício

são apropriados ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para Participação nos Lucros e Resultados – PLR registrados em 31 de dezembro de 2012 e 2011, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$ 1.485 e R\$ 823. As metas são como seguem: **a) Dos participantes:** Os participantes nos resultados da Sociedade são os empregados ou ex-empregados que foram demitidos no período de abrangência deste plano. Participam os ex-empregados que não foram demitidos por justa causa. No caso de demissão, a participação será proporcional ao tempo trabalhado. **b) Definição dos valores:** São considerados critérios para a definição dos valores a serem pagos, sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. Os critérios são: tempo real trabalhado no período, absenteísmo, advertências e suspensões. A Sociedade prove a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos. Em relação às transações realizadas com partes relacionadas foram observados estritamente os padrões de mercado, os legais e o interesse da Sociedade. Sempre que necessário essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade e com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

15. Provisões – 15.1 **Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais:** A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas. A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima

continua ...

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

que a decisão final destas não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade. A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 é conforme segue:

	<u>01/01/2012</u>	<u>Adições</u>	<u>31/12/2012</u>
Cíveis	48	197	245
Total	48	197	245

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco de perda possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam os montantes de R\$ 208 e R\$ 36, respectivamente em cada natureza de risco, em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 205 e R\$ 25, respectivamente, em 31 de dezembro de 2011). Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. **15.2 Provisão para manutenção e investimentos em rodovias** – A contabilização das provisões de manutenção e de investimentos nas rodovias é calculada, respectivamente, com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo na provisão de investimentos considerados os valores até o final da concessão e na de manutenção considerados os valores da próxima intervenção. A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 é conforme seguem:

Provisões	Circulante		Não circulante	
	Manutenção em rodovias	Investimento em rodovias	Manutenção em rodovias	Investimento em rodovias
SalDOS em 01/01/2012	789	23.932	12.285	52
Adições	2.213	14.936	10.565	(4.702)
Utilizações	-	(339)	-	-
Transferências	794	(23.498)	(794)	23.498
SalDOS em 31/12/2012	3.796	15.031	22.056	18.848

Provisões	Circulante		Não circulante	
	Manutenção em rodovias	Investimento em rodovias	Manutenção em rodovias	Investimento em rodovias
SalDOS em 01/01/2011	-	234	7.046	23.188
Adições	-	56	6.028	923
Utilizações	-	(417)	-	-
Transferências	789	24.059	(789)	(24.059)
SalDOS em 31/12/2011	789	23.932	12.285	52

16. Sinistros Recebidos – Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Sociedade possui um saldo de adiantamentos no montante de R\$ 37.775 e R\$ 44.942 respectivamente, relativos à indenização do Itaú Seguros S.A. e da Sul América Seguros S.A. para execução de obras emergenciais e essenciais na manutenção de diversos locais da rodovia. Os procedimentos estabelecidos para os casos de danos patrimoniais, ou seja, aqueles que afetam diretamente a rodovia, como queda de taludes, danos à ponte ou ao viaduto, determinam a comunicação formal do evento à seguradora. Tal comunicação ensejará a elaboração de um projeto para recuperação do local atingido, elaboração de orçamento e cronograma físico-financeiro, documentos fundamentais para determinação do valor final a ser indenizado pela seguradora. Na hipótese de se concluir, ao fim da regulação do sinistro, que o montante indenizado não é devido ou é superior ao devido, a Sociedade tem o compromisso de efetuar a imediata devolução da importância indevida.

17. Patrimônio Líquido – (a) O capital social em 31 de Dezembro de 2012 é de R\$ 217.862 (R\$ 97.741 em 31 de dezembro de 2011) e está representado por 188.335 ações ordinárias subscritas sem valor nominal, conforme demonstrado a seguir:

Acionista	2012		
	Quantidade de ações subscritas	Quantidade de ações Integralizadas	Participação – %
Arteris S.A.	188.335.403	188.335.403	99,99
Conselho de Administração	3	3	0,01
Total	188.335.406	188.335.406	100,00

Acionista	2011		
	Quantidade de ações subscritas	Quantidade de ações Integralizadas	Participação – %
Arteris S.A.	94.018.417	94.018.417	99,99
Conselho de Administração	3	3	0,01
Total	94.018.420	94.018.420	100,00

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral. Em 23 de março de 2012 foi autorizado aumento do Capital Social da Sociedade no montante de R\$ 20.000, sendo as ações emitidas integralmente subscritas e integralizadas por Arteris S.A., conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração de 23 de março de 2012. Em 24 de abril de 2012 foi autorizado aumento do Capital Social da Sociedade no montante de R\$ 25.121, sendo as ações

emitidas integralmente subscritas e integralizadas por Arteris S.A., conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração de 24 de abril de 2012, da seguinte forma: • R\$ 5.121 – integralização através do saldo de dividendos a pagar declarados em 2011; e • R\$ 20.000 – integralizadas em 10 de maio de 2012. Em 27 de junho de 2012 foi autorizado aumento do Capital Social da Companhia no montante de R\$ 35.000, sendo as ações emitidas integralmente subscritas e foram integralizadas por Arteris S.A., conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração de 27 de junho de 2012, da seguinte forma: • R\$ 10.000 – integralizadas em 27 de junho de 2012; e • R\$ 25.000 – integralizadas em 12 de julho de 2012. Em 27 de setembro de 2012 foi autorizado aumento do Capital Social da Companhia no montante de R\$40.000, sendo as ações emitidas integralmente subscritas e foram integralizadas por Arteris S.A., conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração de 27 de setembro de 2012, da seguinte forma: • R\$ 20.000 – integralizadas em 27 de setembro de 2012; e • R\$ 20.000 – integralizadas em 09 de novembro de 2012. a) **Reservas de lucros e distribuição de dividendos (controladora): Reserva legal e retenção de lucros:** O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do período, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembléia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o artigo 198 da Lei nº 6.404/76. b) **Distribuição de dividendos:** O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A seguir apresentamos a apuração dos dividendos propostos em 31 de dezembro de 2012:

	R\$
Lucro líquido do exercício	14.280
Reserva legal – 5%	(716)
Base de cálculo	13.566
Dividendos estatutários obrigatórios	25%
	3.392

18. Receita – Está representada por:	2012	2011
Receita de serviços prestados	174.050	156.653
Receita de serviços de construção	212.858	168.725
Receita acessória	182	2.480
	387.090	327.858

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do período é como segue:

	2012	2011
Receita bruta	389.090	327.858
ISSQN	(8.675)	(7.834)
PIS	(1.534)	(1.060)
COFINS	(4.852)	(4.896)
Outras deduções	(1.095)	(484)
Receita líquida	370.934	313.584

19. Custos e Despesas por Natureza – Estão representadas por:	2012	2011
Custos:		
Custo de construção	(212.858)	(168.725)
Com pessoal	(14.538)	(8.425)
Serviços de terceiros	(24.152)	(27.927)
Depreciação/amortização	(19.872)	(11.680)
Seguros/garantias	(3.198)	(1.765)
Conservação	(10.188)	(8.993)
Provisão para manutenção em rodovias	(10.643)	(6.285)
Taxa fiscalização	(8.163)	(7.689)
Outros custos	(10.278)	(10.495)
Total	(313.890)	(251.948)

Despesas	Período	Período
Com pessoal	(6.657)	(4.835)
Serviços de terceiros	(5.274)	(3.640)
Depreciação/amortização	(837)	(779)
Aluguéis Imóvel	(511)	(346)
Consumo	(3.138)	(2.401)
Outras despesas	(501)	(1.038)
Total	(16.918)	(13.039)

continua ...

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

20. Resultado Financeiro – Estão representados por:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
	<u>Período</u>	<u>Período</u>
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	2.945	2.494
Reversão encargos financeiros – ajuste valor presente	7.462	–
Total receitas	<u>10.407</u>	<u>2.494</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros – juros e variação monetária	(24.132)	(18.406)
Encargos financeiros – reversão de ajuste a valor presente	(4.077)	(742)
Outras despesas	(410)	(1.081)
Total despesas	<u>(28.619)</u>	<u>(20.229)</u>

21. Demonstrações dos Fluxos de Caixa – a) Caixa e equivalentes de caixa: A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5. **b) Informações suplementares:**

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de intangível registrado em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais, obrigações fiscais e outras contas a pagar	(8.664)	8.388
Capitalização de juros ao intangível	5.560	9.117
Aumento de Capital com dividendos a pagar e ou mútuo	5.121	575
Aumento de capital com créditos capitalizados	1.164	–

22. Reconciliação do Imposto de Renda e Contribuição Social – A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real em 31 de dezembro de 2012 do Imposto de Renda e da Contribuição Social nas demonstrações do resultado referente ao período de três e de nove meses findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 é como segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
	<u>Período</u>	<u>Período</u>
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	21.919	30.106
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social, de acordo com a alíquota vigente	(7.452)	(10.236)
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Efeito da compensação de prejuízo fiscal	–	1327
Efeitos de adições e exclusões	(238)	366
Doação e Patrocínios	50	–
Despesa contabilizada	<u>(7.640)</u>	<u>(8.543)</u>
Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social compostas por:		
Correntes	(3.942)	(5.810)
Diferidos	<u>(3.698)</u>	<u>(2.733)</u>
	<u>(7.640)</u>	<u>(8.543)</u>

23. Lucro por ação – As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação.

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
	<u>Período</u>	<u>Período</u>
Básico		
Lucro líquido do período	14.279	16.842
Número de ações durante o ano	188.335	66.001
Lucro por ação – básico	<u>0,11</u>	<u>0,28</u>
Diluído		
Lucro utilizado na apuração do lucro básico por ação	14.279	16.842
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizada na apuração do lucro diluído por ação	188.335	66.001
Lucro por ação – diluído	<u>0,08</u>	<u>0,28</u>

Não há diferença entre o lucro básico e o lucro diluído por ação por não ter havido durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos. A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

24. Instrumentos financeiros – De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto, exceto pelas atualizações abaixo: **a) Exposição a riscos de taxas de juros:** A Sociedade, está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP e do CDI, relativos a empréstimos em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI. Em 31 de dezembro de 2012,

a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras. Adicionalmente em função da atual conjuntura econômica a administração resolveu inserir mais um cenário com a diminuição da alíquota em 25%.

	<u>Cenário I</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>	<u>Cenário IV</u>
	<u>(provável)</u>	<u>(+ 25%)</u>	<u>(+ 50%)</u>	<u>(- 25%)</u>
Indicadores				
CDI	7,25%	9,06%	10,88%	5,44%
Juros a incorrer (*)	(7.105)	(7.292)	(8.737)	(4.389)
Receita de aplicações financeiras	5.386	6.733	8.080	4.040
TJLP	5,00%	6,25%	7,50%	3,75%
Juros a incorrer (*)	(12.293)	(15.342)	(18.381)	(9.235)
Juros a Incorrer líquido	(14.012)	(15.901)	(19.038)	(9.584)

Fonte dos índices: Relatório Focus – BACEN de 28.12.2012. (*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor. Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo IFRS, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM. **b) Risco de crédito:** Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Sociedade apresentava valores a receber da empresa CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$ 6.335 e R\$ 4.965, respectivamente, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”. A Sociedade possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP. **c) Risco de liquidez:** O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações.

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada)					2016 em	
	efetiva % a.a.	2013	2014	2015	2016	diante	Total
Finame	8,10	147	–	–	–	–	147
BNDES	7,82	16.230	18.284	19.746	21.359	258.421	334.040
Total		<u>16.377</u>	<u>18.284</u>	<u>19.746</u>	<u>21.359</u>	<u>258.421</u>	<u>334.187</u>

25. Informações por segmento de negócio – A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas. A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

26. Garantias e seguros – A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução dos serviços de recuperação, manutenção, monitoração, conservação, operação, ampliação, melhorias, o pagamento da verba de fiscalização e demais obrigações contratuais. Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, as concessionárias mantêm vigentes apólices de seguros de Riscos Operacionais, Riscos de Engenharia e de Responsabilidade Civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a Concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza. Em 31 de dezembro de 2012, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/Perda de Receita (*)	180.000
	Responsabilidade Civil	30.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	95.089

(*) por Sinistro A Sociedade é fiadora do seguro garantia mencionado anteriormente

27. Evento subsequente – A Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT promoveu a revisão das normas e dos procedimentos contidos no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Exploração da Infraestrutura Rodoviária Federal Concedida, contendo o plano de contas, instruções contábeis e manual para divulgação de informações econômico-financeiras. As orientações contidas no referido manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2013.

Conselho de Administração: **David Antonio Díaz Almazán** – Conselheiro **Marta Casas Caba** – Conselheira **Marcos Pinto Almeida** – Conselheiro**Diretoria****Contador****Luis Manuel Eusébio Inigo** – Diretor Presidente**Adriano Pelek****Paulo Mendes Castro** – Diretor Superintendente**Alessandro Scotoni Levy** – Diretor de Relações com Investidores

CRC – PR 048770/O-0

Márcio Augusto Travain – Diretor Administrativo e Financeiro**Maria de Castro Michelin** – Diretora Jurídica**Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras**

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da **Autopista Litoral Sul S.A.** Joinville – SC
Introdução – Examinamos as demonstrações contábeis da **Autopista Litoral Sul S.A.** (“Sociedade”), referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2012, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo naquela data, incluindo as notas explicativas. A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas nacionais e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevantes. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para a obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentadas nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis

da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Conclusão sobre as informações contábeis: Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Autopista Litoral Sul S.A., em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Outros assuntos – Revisão dos valores correspondentes ao período anterior:** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram parecer em 22 de março de 2012 sem ressalvas.

Joinville, 17 de janeiro de 2013.

Paulo Sérgio Tufani

Contador CRC 1SP 124504/O-9 S/SC

Francisco de Paula dos Reis Júnior

Contador CRC 1SP 139268/O-6 S/SC

**BDO RCS Auditores Independentes**

CRC 2SP 013846/O-1 S/SC